Sinpro Mulher

SINPRO DF
Filiado: CUT CNTE
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
www.sinprodf.org.br
CNTE CUT BRASIL

Publicação dirigida às educadoras que acreditam em um mundo com igualdade de direitos entre homens e mulheres - nº 09 - ano 5 - Julho de 2012.

"Tenho várias cicatrizes,

mas estou viva.

Abram a janela.

Desabotoem minha blusa.

Eu quero respirar."

(Pagu)

NOTÍCIAS DAS LUTAS

AVANÇOS NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

O Brasil intensifica o debate das relações igualitárias dos direitos humanos e no combate à discriminação. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e as uniões homoafetivas passaram a ser tratadas como um novo tipo de família são exemplos de avanços e conquistas históricas.

Outro avanço, este ameaçado por um projeto que tramita na Câmara Legislativa, é a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1, de 23 de março de 1999, e que contempla a discussão de encontros realizados pela CUT e CNTE.

O artigo 3º da resolução determina que os psicólogos não exerçam qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados; não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades; e não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Escreva ou mande um e-mail para o seu deputado distrital se colocando contrário a retirada dessa proposta da resolução dos psicólogos.

OFICINAS DE DEBATE SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

As professoras e professores que tiverem interesse em participar das oficinas de debate sobre a Lei Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo Sinpro, já podem reservar uma data na Secretaria de Mulheres do Sindicato no telefone 3343-4206 (Ana Lúcia). As oficinas começarão a partir do segundo semestre de 2012 e tem como objetivo provocar o debate de enfrentamento sobre a violência sobre a mulher, apresentando uma forma da escola trabalhar o tema no ambiente escolar e também na comunidade.

Todas as escolas inscritas receberão a visita de representantes da diretoria do Sinpro, que entregarão um kit composto por cartilha e CD. O material servirá para orientar o debate de forma a multiplicar as oficinas. "A Lei Maria da Penha é uma garantia de qualidade de vida para a mulher, que sabe que possui medidas que garantem uma vida mais tranquila e digna. Estas oficinas são de grande importância porque fará com que as mulheres conheçam seus direitos e as medidas legais, principalmente se ela sofreu qualquer tipo de violência. Um dos diferenciais é fortalecer, dar segurança e conhecimento à mulher para que possa correr atrás de seus direitos", explica a diretora Maria de Fátima (Fatinha).

LEI MARIA DA PENHA VALE MESMO SEM QUEIXA DA VÍTIMA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmaram a validade da Lei Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica. Por unanimidade os ministros entenderam que a lei não fere o princípio constitucional de igualdade, mas busca proteger as mulheres para garantir uma cultura de igualdade efetiva, sem violência e sem preconceitos. A partir de agora o Ministério Público pode denunciar o agressor de violência doméstica contra a mulher, mesmo que a vítima não apresente queixa contra o agressor.

CONSTITUCIONALIDADE DAS COTAS RACIAIS

A reserva de vagas em universidades públicas com base no sistema de cotas raciais é constitucional. A decisão foi tomada de forma unânime pelo Superior Tribunal Federal (STF). O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, disse que a política compensatória é justificada pela Constituição e os erros de uma geração podem ser revistos pelas novas gerações. "O preconceito é histórico. Quem não sofre preconceito de cor já leva uma enorme vantagem, significa desfrutar de uma situação favorecida negada a outros", salienta.

STF RECONHECE DIREITO FUNDAMENTAL DAS MULHERES

Em votação histórica no Supremo Tribunal Federal as mulheres conquistaram um importante passo no direito a interromper a gravidez de fetos anencéfalos. No dia 12 de abril de 2012 o STF julgou, por 8 votos a 2 que a interrupção da gravidez nestes casos é legal e deve ser garantida pelo Estado. Desta forma, hospitais e médicos estão autorizados a realizar o procedimento médico, quando esta for a decisão da mulher. O julgamento deste processo demorou 10 anos para ser concluído, demonstrando a fragilidade na sociedade brasileira em torno de discussões relativas aos direitos das mulheres e a dificuldade em encarar o assunto de forma laica e republicana. O desafio agora é garantir o acesso ao aborto legal.

CAMPANHA DO LAÇO BRANCO

No dia 6 de dezembro de 1989 um estudante de 25 anos entrou armado na Escola Politécnica da Universidade de Montreal gritando que queria acertar apenas as feministas. Após matar 14 alunas, o homem deixou um bilhete no qual dizia: "as mulheres são responsáveis pelos fracassos dos homens; toda mulher que cruza o caminho de um homem bem-sucedido deve ser castigada; e as mulheres bem-sucedidas não aceitam serem protegidas por um homem".

As mulheres assassinadas tornaram-se um símbolo, uma representação trafica da injustiça praticada por homens violentos. Por isso, a tragédia inspirou a Campanha do Laço Branco. A Campanha tem o objetivo de engajar homens nas ações pelo fim da violência contra a mulher e estimular a mudança de atitude e comportamento dos homens. Ocorre na semana entre o dia 25 de novembro e 6 de dezembro em vários países.

AGENDE-SE PARA O SEGUNDO SEMESTRE

Por entender que a educação é fundamental na luta pelo fim da violência contra as mulheres, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), por meio da Secretaria de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras, prepara uma série de atividades para o segundo semestre de 2012, com base no calendário de lutas dos movimentos sociais. Ainda estamos fechando a programação e por isso solicitamos que as professoras e os professores para ficarem atentas para divulgação em nosso site, para participar das atividades e incentivar o debate nas salas de aula e na própria comunidade.

AGENDE-SE:

12/10 – Dia nacional de luta por creche pública;
22/11 – Dia Nacional da Consciência Negra;
25/11 – Dia internacional da não violência contra a mulher;
Nov/dez – 16 Dias de Ativismo.

SinproMulher

Elaboração: Secretaria de Políticas para Mulheres Educadoras: Eliceuda França (Coordenadora), Neliane Cunha e Thaís Romanelli, William França (assessor) / Diretoria Colegiada do Sinpro-DF.
Edição: Júnia Lara, Luis Ricardo Machado, Arlete Martinez e Eliane Araújo (assessora).
Diagramação/Capa: Oberdan A. Rodrigues - **Impressão:** Gráfica Palavra Comunicação - **Tiragem:** 36.000 exemplares.

RIO+20 FRUSTRA EXPECTATIVA DE AVANÇOS PARA MULHERES

Mulheres de todo mundo, reunidas em eventos paralelos à Rio + 20, lamentaram que o texto final não tenha feito menção aos direitos reprodutivos da mulher. O tema dos direitos reprodutivos foi excluído do texto "O Futuro que Queremos" por pressão de diferentes países e do Vaticano.

A ex-presidente da Irlanda Mary Robinson, representante na cúpula do respeitado grupo "The Elders", criado por Nelson Mandela, criticou duramente a oposição do Vaticano, um dos principais motivos para a retirada dessa menção. "O que homens solteiros sabem sobre a vida, a saúde, e as decisões de mulheres pobres?" ao defender que os direitos sexuais e reprodutivos são essenciais.

Os direitos reprodutivos defendem o direito da mulher de decidir se quer ou não ter filhos, em que momento e com quem, sem discriminação ou violência. No texto final a Rio+20 reconhece a necessidade de avançar na igualdade de gênero e sobre a importância da saúde sexual e reprodutiva, mas os negociadores retiraram em sua última versão a menção aos direitos reprodutivos.

"É escandaloso que mais uma vez um encontro dominado por homens queira ditar como as mulheres devem controlar seus corpos", denunciou Kumi Naidoo, da ONG Greenpeace.

A secretária de Estado americano, Hillary Clinton, também defendeu o direito reprodutivo das mulheres, ou seja, o direito de escolher quando querem ter filhos. A primeira-ministra da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt, pediu em seu discurso diante de uma cúpula dominada por homens: "teria gostado de ver a importância dos direitos reprodutivos reconhecida no resultado da Rio+20".

A presidente Dilma Rousseff defendeu o mesmo princípio: "no Brasil, estamos investindo para superar dificuldades e precariedades no acesso aos serviços públicos de saúde, com pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos", durante a cúpula de governantes mulheres paralela à Rio+20.

"As mulheres e as crianças são a face mais visível da pobreza no mundo. Mas são também as grandes aliadas na sua erradicação", disse ainda a presidente. Dilma concluiu seu discurso afirmando que "o Brasil ainda precisa fazer muito pela afirmação da mulher".

O QUE FICOU "DESCOMBINADO": OS DIREITOS DAS MULHERES

O Documento Base da Conferencia Rio+20, chamado originalmente de Rascunho Zero, deveria ser a base para o comunicado final da conferência, a ser assinado pelos representantes das nações aqui reunidas e das diversas entidades civis que lutam contra a "economia fóssil".

Contudo, decidiu-se em face de fortes resistências por uma proposta dita consensual. Na verdade, o que se fez neste documento foi eliminar todos os pontos que sofriam alguma restrição. Entre os pontos relegados no Documento Final estão aqueles relacionados com os chamados "direitos reprodutivos das mulheres", onde se explicitavam os direitos de saúde, de acesso ao trabalho e à educação e aos plenos direitos civis, incluindo aí a exclusão política e as penas degradantes.

Ora, o Brasil, e sua presidenta Dilma Rousseff, não só apoiam a universalização dos direitos da mulher, como também buscam – conforme decisão do STF neste ano sobre o aborto de anencéfalos – de garantias sobre a saúde física e emocional das mulheres. Ou seja, a diplomacia brasileira negociou um documento que fica aquém da legislação brasileira e contrária a política proposta pela própria presidenta Dilma Rousseff.

COLETIVO DE MULHERES DO SINPRO SE REÚNE EM AGOSTO

Realizaremos no dia 10 de agosto, às 19h, na sede do Sinpro, plenária do coletivo de mulheres educadoras do Sinpro. O objetivo é discutir coletivamente os temas que levaremos para debate no Congresso dos Trabalhadores em Educação (CTE), que será realizado em 13, 14, 15 e 16 de setembro. Compareça! Participe! Nossas conquistas dependem de nossa mobilização!

Mais informações e inscrições com Ana Lúcia, no telefone 3343-4206.
Secretaria de Mulheres do Sinpro

COLETIVO DE MULHERES DA CUT-DF

No último CECUT, realizado em maio/junho, aprovamos a paridade para a próxima gestão da CUT, ou seja, para daqui 3 anos. Temos grandes desafios para esse triênio (2012/2015). Os dados sobre a participação das mulheres no movimento sindical comprovam o que já sabíamos: as mulheres ainda têm uma participação sindical inferior à sua inserção no mundo do trabalho. E ainda que a sindicalização das mulheres tenha aumentado, nas diretorias das entidades essa inserção não inclui os três cargos tradicionalmente considerados mais importantes: Presidência, Secretaria Geral e Tesouraria.

Temos que fortalecer nossa participação na organização da luta. O coletivo de mulheres da CUT é um espaço aberto a todas as companheiras sindicalizadas aos vários sindicatos cutistas. Divulgaremos em breve nossa agenda de reuniões. Esperamos você!

Maria da Graça Souza* – *secretária de mulheres da CUT-DF

As bambas da educação

*Neliane Cunha

"Dona Izaura, Emília, Terezinha e Marina. Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina... Ela é bamba" As tantas Marias da educação sabem que quando vão à luta por uma escola pública de qualidade também estão lutando por serem mulheres. Ela é bamba e sabe que seu direito ao voto, ao trabalho e ao exercício da liberdade são frutos de lutas de outras tantas bambas.

Ela é bamba e batalha para denunciar ao mundo o que ainda deve melhorar. Acorda mundo! Não ao sexismo, à violência, à desigualdade, aos padrões... NÃO! Ela é a bamba da educação, e se equilibra com maestria nas cordas bambas que a profissão exige. Ela se movimenta, se mobiliza e LUTA, arrebentando amarras de seus direitos.

Na sala de aula, rompe esteriótipos e traça novos rumos para o magistério que antes a trouxe para o trabalho por "ser cuidadora" ou por "ser mais barata", reafirmando hoje que é SER DE DIREITOS. Ela está segura que não pode mais reproduzir sem questionar conhecimentos criados por homens. Hoje a mulher da educação está certa que sua atividade é de transformação, não de extensão do lar; que rosa para meninas e azul para meninos está fora de moda – e jamais voltará; que está na educação para transformar a realidade e enfrentar as desigualdades.

Ela sabe que sua luta traduzida na GREVE exige consideração por sua batalha numa sociedade ainda machista. Exige que sua história conste nos livros. Marcha rumo a melhores condições de vida porque não admite ganhar menos por ser mulher. Fecha ruas para mostrar que a escola é diversa, traduzida pelos gêneros e deve ser respeitada por isso. Ocupa os espaços para provar que lugar de mulher é na construção política. Ergue as bandeiras da IGUALDADE JÁ!

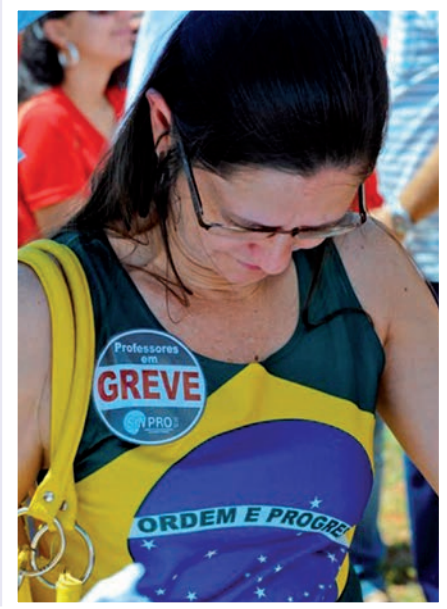
As bambas da educação sabem como ninguém na sala de aula, na rua ou na greve ensinar para a emancipação das bambas que virão. Elas sabem que são maioria, mas querem uma escola melhor para todas e todos, sem distinção de sexo, celebrando a igualdade de gênero. Mulheres, educadoras, geradoras/transformadoras do mundo!

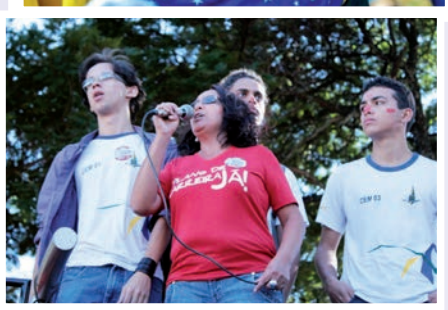
Neliane Cunha é pedagoga, educadora na SEEDF, especialista em ***"Educação, Democracia e Gestão Escolar"*** e diretora do Sinpro-DF na Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras.

Trecho da música ***Ela é bamba***, de Totonho Villeroy, interpretada por Ana Carolina.

Da mulher, a luta fica

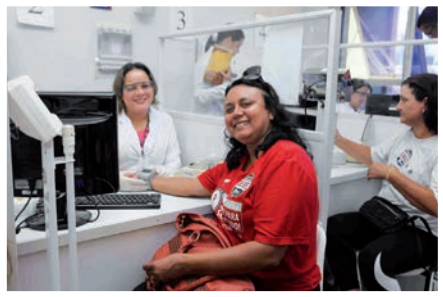
Da mulher a luta fica,
fica o exemplo e a história,
ficam momentos de glória
e tudo o que se predica.





Da mulher fica a ternura,
a eterna perseverança
que mantém a esperança
acesa na criatura.

Fica a firmeza do olhar
na clareza do seu tino,
a certeza do destino,
do caminho a caminhar.



Escolhemos trechos da poesia de Clovis Campêlo para homenagear as mulheres que estiveram na luta durante a nossa greve. Nós todas somos imprescindíveis!

MULHERES EDUCADORAS OCUPAM ESPAÇOS DE PODER

A luta das professoras para ocupar espaços de poder não é diferente do que ocorre nas demais áreas. Mas os avanços já podem ser vistos e o Sinpro, onde o público feminino corresponde a 80% do total de filiados(a), teve e tem um papel significativo para o alcance dessas conquistas. Ciente de que a política de gênero é uma ação necessária para o fortalecimento da própria categoria, o Sindicato está à frente na discussão de ter a mulher ocupando os espaços de lideranças dentro e fora da entidade.

Em 2008, tivemos nossa primeira grande conquista quando mudamos o estatuto do Sinpro para garantir às mulheres paridade de participação em todas as instâncias do Sindicato: no mínimo 45% das vagas devem ser reservadas para um dos gêneros. Na época, fomos o único Sindicato do Distrito Federal a implementar a paridade, indo além da cota mínima de 30% estabelecida pela Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Assim que garantimos a representação política feminina dentro do Sinpro, abrimos espaço para que essas mulheres também passassem a ocupar espaços de poder em outros órgãos como representantes do Sindicato. Atualmente, cinco de nossas diretoras são exemplos dessa conquista:

A diretora da Secretaria de Imprensa e Divulgação, Rosilene Corrêa, foi indicada (a nomeação ainda não foi publicada) para compor o **Conselho de Educação do DF**, órgão consultivo-normativo de deliberação coletiva e de assessoramento superior à Secretaria de Educação, com a atribuição de definir normas e diretrizes para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. Para Rosilene é muito importante que o Conselho de Educação seja cada dia mais democratizado, pois suas decisões afetam todo o processo pedagógico do DF. ***"A participação dos trabalhadores no Conselho sempre foi uma reivindicação do Sinpro e esperamos poder discutir nesse espaço as políticas para a Educação e fazer a defesa dos interesses das professoras e dos professores"***, afirmou ela.

A diretora da Secretaria de Administração e Patrimônio, Nilza Cristina dos Santos, foi indicada para representar o Sindicato no **Conselho Administrativo do Instituto Previdenciário do Distrito Federal (IPREV/DF)**. O órgão é responsável por aplicar e gerir os recursos das contribuições para a aposentadoria. Para Nilza, em uma sociedade machista, como a nossa, a mulher só consegue ocupar seu espaço por meio de muita luta. Ela defende que lugar de mulher é na política. ***"A mulher por toda a sua sensibilidade e acúmulo de conhecimento, forjado na luta, modifica a política quando assume um espaço de poder"***, afirmou a diretora;

A diretora da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eliceuda França, foi eleita para a presidência do **Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Distrito Federal (Fundeb/DF)**. O Conselho acompanha e controla a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo. Para Eliceuda, compreender o Fundeb como investimento em direitos e não em privilégios, é o desafio que está colocado para todas e todos, sociedade civil e governo. ***"Temos o compromisso de uma gestão de transparência e responsabilidade com os recursos públicos para a educação básica, e que estes sejam aplicados conforme a legislação estabelece. É um grande desafio, uma mulher ocupar um espaço que sempre foi visto como espaço masculino",*** disse a diretora;

A diretora da Secretaria de Saúde do Trabalhador, Maria José Barreto, a Zezé, é a representante do Sinpro no **Conselho do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF - INAS.** O Conselho é o responsável pela definição da política geral de administração do INAS. GDF está reformulando o INAS para adequa-lo ao Programa de Atenção à Saúde dos Servidores. A diretora do Sinpro disse que vai lutar para que o Conselho priorize em suas decisões a análise das variáveis do contexto de trabalho nos órgãos públicos do DF: condições/organizações/relações socioprofissionais e o perfil epidemiológico das trabalhadoras e dos trabalhadores. ***"Isso só ocorrerá se houver vontade política para efetivar ações preventivas e corretivas no campo da inter-relação saúde-trabalho"***, disse Zezé.

Na página ao lado publicamos uma entrevista com **a diretora do Sinpro, Bernardete Diniz**, que foi empossada como secretária de formação da CUT-DF.

A Gestão Democrática nas escolas da rede pública de ensino do DF, luta histórica do Sinpro, traz a possibilidade de eleição, no dia 22 de agosto, de um número significativo de mulheres para a direção das escolas e como representantes nos Conselhos Escolares. Esse é um momento de consolidar nossa luta por espaço de liderança e poder: fazer uma gestão nas escolas com a perspectiva de igualdade de gênero.

FORMAR PARA A IGUALDADE

A diretora do Sinpro, Bernardete Diniz, foi empossada no último dia 25 como secretária de Formação da CUT DF. Militante do Sinpro, mãe e avó, Bernardete encara como um desafio a nova empreitada e nesta entrevista ela esclarece sobre as políticas que serão desenvolvidas durante sua gestão.

SINPRO MULHER - ***Quais os projetos que vc pretende desenvolver a frente da Secretaria de Formação da CUT?***

BERNARDETE DINIZ - Quero ressaltar em primeiro lugar, que é um grande desafio para mim e ao mesmo tempo motivo de orgulho, poder representar os trabalhadores (as) do DF através da secretaria de formação da CUT.
A minha expectativa é de conseguir ampliar os espaços de formação que existem hoje e criar novos espaços para que possamos levar a formação sindical para dentro de cada sindicato do DF e do Entorno. Para isso, contaremos com o Núcleo de Formadores (as) e com o Coletivo Estadual de Formação da CUT/DF. Nestes dois espaços teremos o envolvimento dos Formadores Sindicais e os Secretários (as) de Formação das entidades sindicais para discutir, ouvir as demandas, elaborar o Plano de Ação da CUT/DF que terá como principais objetivos a implementação da Política Nacional de Formação da CUT e Estabelecer uma Política de Formação local que contemple as necessidades e a realidade que abrange o dia a dia das nossas entidades.

SINPRO MULHER - ***A luta pela conquista da igualdade e pelo empoderamento das mulheres tem sido constante no movimento cutista. Vc pretende desenvolver alguma proposta de formação dirigida especificamente para a mulher trabalhadora, ou mais especialmente a mulher educadora, para auxiliar nessa busca de ocupar mais espaços de poder ?***

BERNARDETE DINIZ - A formação terá um papel importante para desconstruir, primeiro no movimento sindical e depois na sociedade em geral, todas as barreiras que dificultam a participação da mulher de forma expressiva e democrática nos espaços de poder. Sabemos que mesmo nas categorias majoritariamente femininas, a ocupação dos cargos principais e a coordenação dos movimentos nas assembleias com o uso da voz para fazer as intervenções ainda constituem na prática espaços que são masculinizados, e é isso que queremos mudar. Pretendemos estabelecer uma parceria com a secretaria de mulheres da CUT para discutir e programar cursos, seminários, oficinas, reativar o coletivo de mulheres da CUT/DF estimular cada vez mais a participação das mulheres em todos os espaços.

SINPRO MULHER - ***A respeito da paridade nas direções sindicais e da CUT Nacional e Estadual? o que será defendido no Concut?***

BERNARDETE DINIZ - A paridade de gênero representa para a CUT e para o movimento sindical, a concretização do respeito e da valorização da mulher trabalhadora. No 11º Concut, será defendido pela grande maioria das forças políticas que representam o movimento sindical no Brasil, a aprovação da paridade de gênero para ser implementada a partir de 2015. A decisão de aprovar agora para implementar daqui a três anos é uma demonstração de que reconhecemos as dificuldades reais que enfrentamos hoje para atingir a paridade e por isso estabelecemos um prazo para que sejam criadas as condições de empoderamento e de participação efetiva das mulheres no âmbito da Central e dos sindicatos.

SINPRO MULHER - ***Ainda no campo da Educação, como fazer para educar a sociedade no sentido de que os homens dividam a tarefa do lar com a mulher, ou que os homens sindicalistas ou militantes não reproduzam em casa condutas machistas?***

BERNARDETE DINIZ - A maioria dos homens não percebe a divisão do trabalho doméstico como um ato solidário entre companheiros que compartilham do mesmo espaço de moradia. A mulher acaba assumindo uma jornada extra quando trabalha fora do lar e quando chega em casa e assume sozinha os afazeres domésticos e o acompanhamento dos(as) filhos(as).É preciso ter coragem de dialogar com os homens para leva-los a compreender que tanto as tarefas da casa como a educação dos (as) filhos (as) são de responsabilidade de ambos. Esse debate deve acontecer primeiro dentro dos sindicatos como uma demonstração de coerência e de responsabilidade com a mudança social. Cada sindicalista tem a tarefa única de coibir qualquer ato de violência contra a mulher, assim como devem praticar a solidariedade ajudando a criar todas as condições para que as mulheres que estão no seu convívio, sejam elas, esposas, irmãs ou colegas do trabalho, possam ter apoio efetivo dos seus companheiros. Essa mudança de postura não é fácil e requer um aprendizado diário que só poderá ser possível se houver reflexão sobre as ações praticadas e uma disposição para a mudança.

tec/CUT/PR

POR QUE LUTAMOS POR CRECHES **PÚBLICAS?**

** ELICEUDA FRANÇA*

Na história das conquistas das mulheres, o direito à creche tem sido incluído na pauta de luta, como direito das crianças, mas também como um serviço essencial para garantir o direito à autonomia das mulheres. Sendo assim, torna-se um dever do Estado garantir a existência de creches públicas de qualidade, em período integral, próximo à moradia das famílias ou ao local de trabalho dos pais.

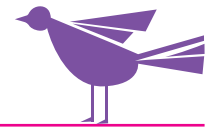
As mulheres em suas muitas formas de organização – sindicato, partidos políticos, movimentos feministas e populares – têm cobrado do Estado o cumprimento desse direito constitucional. É fundamental que os governos garantam uma educação pública de qualidade desde o nascimento das crianças até a idade adulta.

Nós, mulheres do DF, através das Secretarias da Mulher Trabalhadora da CUT, do SINPRO e de outras organizações populares, denunciamos o descumprimento do atual governo do DF, que até hoje não construiu nenhuma creche pública, conforme um dos treze pontos de compromisso de campanha.

A falta de creches públicas aqui no DF ocasiona um grave problema para milhares de famílias e reforça uma situação que há muito lutamos para superar: crianças em idade de creches sob os cuidados exclusivamente das creches conveniadas, de mães crecheiras particulares, das avós, das tias e de outras crianças um pouquinho maiores, um verdadeiro "arranjo social", descumprindo, assim, um direito constitucional – Art. 6°, 7° e 208 da Constituição de 1988, e um compromisso assumido com as mulheres e com a educação pública no DF.

POR QUE LUTAMOS POR CRECHES PÚBLICAS JÁ? Para garantir às crianças o direito à educação pública desde a infância; pela autonomia e emancipação da mulher trabalhadora; para contratação através de concursos públicos de mais professores(as) e outros profissionais da área, e porque entendemos que assumir a maternidade deve ser uma responsabilidade social, não apenas das mulheres, mas dos homens, dos governos, e de toda sociedade.

12 de outubro é um dia nacional de luta por creche pública. Até lá, vamos nos organizar para exigir do governo que instale e construa creches em todo o DF. Para que, em breve, as crianças brinquem em lugares seguros e as mulheres e todas as famílias sejam felizes com seus direitos respeitados. CRECHE PÚBLICA JÁ!



ELICEUDA FRANÇA – Coordenadora da Secretaria das Mulheres Educadoras do SINPRO/DF, Presidenta do conselho do FUNDEB/DF e Diretora da CUT/DF.

ATOS PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS, MULHERES E LGBT

Durante o semestre que passou o Sinpro participou e/ou apoiou várias ações com a sociedade civil contra o preconceito, a violência, a homofobia e em defesa das crianças e adolescentes.

Uma dessas participações foi na passeata realizada no Itapoã no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Organizada pela rede Social do Paranoá e Itapoã, o ato é apenas uma das atividades desenvolvidas pela rede.

Segundo explicou a Orientadora Educacional Lúcia Santis, o trabalho é um esforço de diversos profissionais que atuam no setor público e várias organizações da sociedade civil. "Nosso objetivo, desde o início de nossos encontros, tem sido o

de refletir sobre a nossa comunidade e debater mecanismos mais eficientes para construirmos uma cultura de paz para moradores e cidadãos, assim como tecer uma rede que garanta e defenda os direitos das crianças e adolescentes", afirma ela.

A diretora do Sinpro, Neliane Cunha participou do ato com a comunidade do Itapuã e também da Marcha das Vadias, realizada para chamar a atenção para os casos de violência contra a mulher e para questionar estereótipos machistas. " É gratificante ver como a atuação coletiva começa a mudar a realidade da falta de informação e conscientização", afirmou. Ela lembra que o Sinpro estará ao lado de movimentos e ações que visem à inclusão social, a cidadania e democracia para todos e todas.

MARCHA CONTRA A HOMOFOBIA

Militantes LGBT se reuniram no dia 16 de Maio, na Praça dos Três Poderes, para a 3ª Marcha Nacional Contra a Homofobia. Convocada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Com o lema Homofobia tem cura: educação e criminalização, o ato contou com representantes do Sinpro, de partidos políticos, organizações não governamentais e entidades de classe. A ação marca o Dia Internacional de Combate à Homofobia, comemorado no dia 17 de maio, e objetiva avançar nas discussões sobre o combate à homofobia.

A principal reivindicação do grupo é a aprovação do PL 122, que criminaliza atos discriminatórios contra homossexuais. "Os sindicatos, a CNTE e o coletivo LGBT organizam diversas ações para aprimorar o debate. Durante o ano temos seminários e os ciclos de debate, onde são deliberadas as ações que vão acontecer nas escolas e na comunidade", aponta a diretora do Sinpro, Wiviane Farkas.

O Ciclo de Debates é realizado nas escolas, no horário da coordenação. O agendamento pode ser feito através do e-mail ***faleconoscoracaesexualidade@sinprodf.ort.br.***

CADA VEZ MAIS CASAIS FORMALIZAM UNIÃO

É inegável que a sociedade começa a encarar com mais naturalidade a necessidade de que casais do mesmo sexo possam formalizar a união afetiva. Foi com o espírito de celebração do amor, do afeto e dignidade que amigos e familiares da professora Maria de Fátima Nunes da Silva, a Fatinha, e de sua cônjuge Maria Izabel Rodrigues, a Bel, se reuniram no último dia 24 de junho para a cerimônia de casamento civil.

SINPRO PARTICIPA DO 1º ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE MULHERES/CNTE

No período de 21 a 23 de junho, aconteceu, em São Paulo, o I Encontro de Formação de Mulheres. O evento foi organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES).

O Sinpro esteve representado no Encontro pela diretora da Secretaria de Política Educacional, Berenice D'Arc. O objetivo do Encontro foi o de traçar uma linha comum entre as filiadas à IEAL (Internacional de Educação da América Latina) no tocante às discussões de gênero e de educação no Brasil e na América Latina.